

OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA

THE CHALLENGES OF LITERACY IN BRAZIL IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC

Juliane Dutra da Rosa Silvano 1

Nakita Ani Guckert Marquez 2

Grazielle Franciosi da Silva 3

Dalva Maria Alves Godoy 4

Resumo: No contexto educacional brasileiro a aplicação de políticas públicas para atenuar impactos da pandemia da Covid-19 levou, inicialmente, à suspensão das aulas presenciais. Sua retomada ficou atrelada aos índices de contaminação pela doença. Propostas de educação remota como alternativa de acesso à educação enfrentaram muitos desafios, especialmente em realidades marcadas por históricas desigualdades sociais, como no Brasil, onde a inclusão digital merece discussão. A manutenção das atividades de ensino durante o confinamento social foi importante para minimizar prejuízos decorrentes da ausência das aulas presenciais, porém o ensino remoto trouxe implicações educacionais, que conduziram a reflexões sobre a eficácia das aulas online, sobretudo no processo de alfabetização que, no Brasil, sempre foi um grande desafio, nesse momento potencializado pelo ensino remoto e demais peculiaridades impostas pela pandemia. É necessário, portanto, analisar as consequências da crise sanitária e as possibilidades de um trabalho efetivo de alfabetização no atual cenário.

Palavras-chave: Pandemia. COVID-19. Educação Remota. Alfabetização.

Abstract: In the Brazilian educational context, the application of public policies to mitigate the impacts of the Covid-19 pandemic initially led to the suspension of face-to-face classes. Its resumption was linked to the rates of contamination by the disease. Proposals for remote education as an alternative for accessing education faced many challenges, especially in realities marked by historical social inequalities, such as in Brazil, where digital inclusion deserves discussion. The maintenance of teaching activities during social confinement was important to minimize losses resulting from the absence of face-to-face classes, but remote teaching brought educational implications, which led us to reflections on the effectiveness of online classes, especially in the literacy process that, in Brazil, has always been a great challenge, at this moment enhanced by remote teaching and other peculiarities imposed by the pandemic. It is therefore necessary to analyze the consequences of the health crisis and the possibilities of effective literacy work in the current scenario.

Keywords: Pandemic. COVID-19. Remote Education. Literacy.

- 1 Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente é Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, SC, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2191959796415169>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2645-3406>. E-mail: juli_dutradarosa@hotmail.com
- 2 Graduada em Pedagogia pela Universidade do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente é doutoranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Rio do Sul, SC, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0074379204461210>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9055-5613>. E-mail: nakitaanimarquez@gmail.com
- 3 Doutoranda em Educação pelo PPGE/FAED/UDESC. Fundação Catarinense de Educação Especial, São José, SC, Brasil. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2742184694466557>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3020-6582>. E-mail: grazifranciosi@gmail.com
- 4 Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-doutorado no Instituto da Criança - Universidade do Minho e na Universidad de Granada. Professora na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no Departamento de Pedagogia. Florianópolis, SC, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7843976392733559>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9920-8343>. E-mail: dalvagodoy@gmail.com

Introdução

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2021), a pandemia ocasionada pela Covid-19 comprometeu as aulas presenciais de mais de 1,5 bilhão de estudantes em diversos países do mundo, sendo que aproximadamente 826 milhões deles não tinham nem mesmo acesso a computadores em suas casas. Essa realidade, sem dúvidas, trouxe impactos e prejuízos em todas as etapas da educação, inclusive na área da alfabetização. Além disso, ainda segundo a ONU (2020), a rápida transição para o ensino remoto também foi um desafio para os professores, tanto no que se refere ao acesso aos recursos tecnológicos adequados (especialmente em regiões já marcadas por limitações nesse aspecto) quanto no que diz respeito à sua capacitação para exercer a docência de modo *online*.

No contexto educacional brasileiro, a aplicação de políticas públicas para atenuar os impactos da pandemia também levou à suspensão das aulas presenciais em todo o país no início do estado pandêmico. Tendo em vista essa situação inédita, o retorno às aulas presenciais tornou-se imprevisível, já que a duração do confinamento social estava diretamente relacionada à extensão e intensidade da contaminação pela Covid-19. A maneira de conter a pandemia, adotada com mais ou menos seriedade, foi conduzida conforme escolha de cada governo municipal ou estadual. Comércio, indústrias e serviços tiveram suas rotinas alteradas, o que não foi diferente com as escolas que, logo após o início do ano letivo de 2020, suspenderam as atividades presenciais, tornando o isolamento social uma medida preventiva (SAVIANI; GALVÃO, 2021).

Em âmbito federal, uma das medidas adotadas pelo governo foi a edição da Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabeleceu normas para o funcionamento do ano letivo na educação básica e ensino superior condizentes com as medidas de enfrentamento da crise sanitária, suspendendo a obrigatoriedade de escolas e universidades cumprirem os 200 dias letivos presencialmente. Essa medida fez com que as redes de ensino se organizassem para que o processo educacional ocorresse por meio de atividades remotas no decorrer desse período de confinamento social.

Com o passar do tempo, tentativas de retorno às aulas presenciais no início do ano letivo de 2021 foram testadas em alguns municípios, principalmente na rede privada de ensino, deixando a cargo dos pais a decisão de continuar as aulas remotamente ou voltar a frequentar as unidades de ensino. Posteriormente, segundo levantamentos da UNESCO no Brasil (2021), até o final de 2021, com o avanço da campanha de vacinação dos profissionais da educação nos diversos estados brasileiros, todas as redes estaduais de ensino do país começaram a realizar a oferta de ensino híbrido ou totalmente presencial em suas escolas, mas ainda em um contexto de incertezas. O fato é que o ensino remoto tomou lugar de destaque nesse cenário.

No que se refere a essa nova alternativa, o sistema de ensino brasileiro buscou formas de viabilizar o acesso à educação por meio de plataformas digitais para aulas *online* em todos os níveis de ensino. Porém, essas propostas de educação remota como alternativa para o acesso à educação, embora importantes para minimizar os prejuízos decorrentes da ausência das aulas presenciais, enfrentaram, e ainda têm enfrentado, muitos desafios, visto que, em realidades marcadas por históricas desigualdades sociais, como é o caso do Brasil, a inclusão digital tornou-se alvo de discussões, considerando a sua precariedade em âmbito nacional.

O fato é que o ensino de forma remota requer que os sistemas de ensino, os profissionais da educação e os estudantes tenham condições mínimas para realizá-lo de maneira eficaz e com qualidade, tais como as tecnologias (plataformas *online*, por exemplo), materiais didáticos específicos para esse fim, formação adequada para os docentes, capacitando-os a utilizar esses meios, e condições de acesso de rede e de material a todos os estudantes e professores. Esses são alguns dos elementos essenciais para que o ensino remoto possa ocorrer de forma minimamente adequada e justa.

No contexto brasileiro, o governo federal, no decorrer da pandemia, delegou aos estados e municípios a responsabilidade de planejar e executar esse modelo de ensino. Assim, sem apoio financeiro, instrucional e tecnológico adequados, cada esfera governamental tratou de organizar rapidamente seu sistema educacional, gerando, na maioria dos casos, propostas de ensino remoto aligeiradas, superficiais e que realçaram ainda mais as desigualdades sociais e educacionais do país.

De acordo com Kohan (2020), a pandemia pode estar provocando uma necessidade de se adequar rapidamente a uma situação em que “a empresa educativa” não pode parar. As cobranças são as mesmas, mas multiplicadas por uma realidade para a qual ninguém estava preparado. É diante desse cenário que se reflete sobre o quanto essa situação pode trazer implicações problemáticas para o fazer pedagógico, ao considerar os possíveis impactos negativos desse aligeiramento e superficialidade aos quais a realidade educacional acabou sendo exposta.

É necessário enfatizar que a manutenção das atividades de ensino durante o confinamento social tornou-se essencial para minimizar os prejuízos decorrentes da ausência das aulas presenciais, no entanto a discussão que precisa ser levantada é que a oferta de educação remota como alternativa pedagógica traz implicações educacionais importantes, o que deve, obrigatoriamente, levar a reflexões imprescindíveis sobre acesso, formação docente e eficácia das aulas produzidas por meio digital, sobretudo aos alunos que estão em processo de alfabetização, momento tão decisivo para as aprendizagens futuras e para a escolarização como um todo, no qual as interações e mediações do fazer pedagógico (professor-estudante; estudante-estudante) se fazem tão importantes.

Alfabetização e ensino remoto

Portanto, é em um contexto de “crise” que se insere o “fazer pedagógico” atual. Um fazer que sempre foi baseado nas relações presenciais e em momentos de interação e partilha e que, de repente, tornou-se completamente ou parcialmente dependente das tecnologias como uma possibilidade de continuidade do funcionamento das escolas. A reflexão aqui é sobre o quanto isso pode ter descaracterizado o que se entendia, até então, como o “fenômeno educativo” (local de encontro, de debate, de partilha...) (MORGADO; SOUSA; PACHECO, 2020).

Isso porque, por natureza, a educação é presencial. Vista como uma atividade da ordem da produção não material e do intelecto, a educação se constitui necessariamente como uma relação interpessoal, o que implica, dessa maneira, a presença simultânea dos dois agentes da atividade educativa: o professor com seus alunos durante seu fazer pedagógico (SAVIANO; GALVÃO, 2021).

Nessa mesma perspectiva também se insere o processo de alfabetização dos estudantes, influenciado por diversas variáveis técnicas e sociais que o afetam diretamente e que contribuem com a forma como é vivenciado por cada sujeito. Dessa maneira, torna-se necessário refletir sobre a alfabetização na atual realidade pandêmica e nos momentos pós-pandemia, analisando os impactos da forma aligeirada e superficial de “fazer educação” imposta pelas ações políticas e educacionais relacionadas à crise sanitária. É essencial também analisar as possibilidades atuais e futuras de situações didáticas que sejam realmente significativas e efetivas para os estudantes e que contribuam para a superação das limitações educativas que são o resultado desta nova realidade mundial.

Queiroz, Sousa e Paula (2021), por meio da aplicação de um questionário aos pais/responsáveis de crianças do 1º ano do Ensino Fundamental, em uma pesquisa realizada no município de Horizonte – CE na qual pretendiam investigar o ensino remoto e o processo de alfabetização no contexto pandêmico, obtiveram resultados que apontaram para fragilidades do ensino remoto no que se refere às condições de acesso, à falta da interação escolar e à limitação de ação dos pais/responsáveis com relação às questões pedagógicas e de ensino no processo de alfabetização. Esses resultados corroboram a já mencionada necessidade de reflexão sobre as consequências e possibilidades atuais e futuras de ações pedagógicas no processo de alfabetização dentro da realidade pandêmica.

Ao longo da história educacional brasileira, a alfabetização sempre foi um grande desafio, potencializado, no decorrer da pandemia, pelo ensino remoto e pelas demais situações (sanitárias, sociais, emocionais, familiares, econômicas, etc.) impostas pelo momento. Diante desse cenário, algumas perguntas se fizeram necessárias: de que maneira se pode garantir o direito de aprendizagem da leitura e da escrita às crianças, jovens, adultos e idosos alfabetizando como forma de exercício da cidadania em um país tão desigual como o Brasil e em uma situação e momento tão atípicos? De que forma desenvolver, nesse mesmo momento e situação, práticas pedagógicas que promovessem a aprendizagem dos eixos propostos pela Base Nacional Comum Curricular

(oralidade, escrita, leitura, produção textual, análise linguística/semiótica), respeitando os ritmos de aprendizagens e as individualidades dos sujeitos envolvidos?

Para responder a tais questionamentos, primeiramente é preciso deixar claro que o ensino (aqui especificamente a alfabetização), remoto ou não, é competência dos profissionais de educação. Alfabetizar exige profissionais capacitados, que possuem uma identidade própria, organizada em torno de saberes específicos para tal fim. A alfabetização é um processo de grande complexidade que possui características e métodos próprios e que requer interação constante entre professores e alunos e mediação profissional do docente. Desse modo, a garantia e a ampliação do seu processo de ensino-aprendizagem exigem observações, acompanhamentos e intervenções adequadas de um profissional habilitado para isso. Jogos, brincadeiras, diálogos, leituras, interação entre pares, acesso à diversidade de materiais escritos, são algumas das condições *sine qua non* para que o processo de alfabetização se desenvolva adequadamente.

Ao pensar na perspectiva da alfabetização enquanto apropriação do sistema alfabético e em toda a complexidade que envolve este processo de ensino e de aprendizagem do código alfabético, que exige um trabalho sistematizado e uma série de conhecimentos específicos, como, por exemplo, o estabelecimento das relações entre grafemas e fonemas e o modo como essas relações precisam ser alvo de ensino explícito aos alunos, fica evidente o desafio de se desenvolver a alfabetização remotamente, sem a presença física dos profissionais capacitados para tal atividade e sem a interação presencial tão peculiar neste processo, tanto entre professores e estudantes quanto entre os próprios estudantes e seus pares.

Assim, não cabe exigir que pais ou familiares, sem formação específica para ensinar e didatizar tais saberes, desenvolvam esse papel, sendo que, além disso, segundo dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) (INAF BRASIL, 2018), no Brasil ainda 11,3 milhões de pessoas são analfabetas e cerca de 30% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são considerados analfabetos funcionais. Ou seja, parte dos familiares dos estudantes pode não possuir níveis satisfatórios de alfabetização e letramento, o que dificultaria ainda mais este processo, que já possui uma complexidade própria e significativa. Essa é a primeira questão que merece destaque. Em outras palavras, sem descartar, é claro, a contribuição essencial da família nesse processo, como colaboradora e incentivadora das práticas de leitura, acesso a diferentes recursos textuais e apoio nas aprendizagens vivenciadas pelo estudante, o processo de alfabetização (e a escolarização como um todo) é responsabilidade da escola e dos profissionais habilitados para tal, os professores.

Mas no contexto da pandemia, com o advento do ensino remoto, o equívoco de responsabilizar as famílias pela escolarização das crianças pode contribuir ainda mais para o aprofundamento das desigualdades sociais e educacionais do Brasil, pois de um lado se têm famílias bem-estruturadas economicamente, com uma infinidade de recursos tecnológicos, amplo capital cultural e que possuem condições de colaborar, de maneira complementar, com o acompanhamento e desenvolvimento de conhecimentos referentes ao processo de alfabetização, como, por exemplo, a leitura de gêneros textuais diversificados, mesmo que por meio da educação remota. Contrapondo-se a isso, há lares que não possuem essa mesma estrutura e conhecimento, nenhum ou poucos materiais de leitura, nem qualquer outro recurso que colabore com tal processo, e nos quais muitas vezes a maior preocupação, no momento, gira em torno de questões financeiras e de sobrevivência familiar, afetada pela crise econômica provocada pela pandemia.

Além disso, outros problemas precisam ser considerados, como a falta de estrutura para a realização das atividades escolares em casa: casas pequenas, sem espaço e condições adequadas à realização de tais atividades; vários membros da família estudando ao mesmo tempo, no mesmo cômodo, em plataformas diferentes, ou até mesmo realizando atividades distintas no mesmo espaço; além do problema da conectividade, como acesso à internet e da falta ou precariedade de condições tecnológicas de acesso, como a qualidade e a quantidade de computadores disponíveis nos lares brasileiros.

Essa falta de recursos e condições de acesso ao ensino remoto não afetou apenas alunos, mas também professores, que se depararam com uma nova realidade educacional com diversas demandas para as quais nunca haviam sido preparados. Além da adaptação imediata ao novo formato educacional, muitos professores não tinham infraestrutura para trabalhar em seus domicílios, nem mesmo capacitação para lidar com as novas ferramentas e tecnologias necessárias.

Houve um crescimento exponencial na demanda de atendimento individual às famílias e o contato direto com o aluno foi um dos grandes desafios.

Diante de toda essa realidade, enfatiza-se a função primordial do professor como o profissional capacitado para o fazer pedagógico e o quanto a dimensão social da escola é insubstituível em países como o Brasil. De acordo com Kohan (2020), muito mais se faz na escola do que apenas ensinar e aprender. Para muitos a escola é o único lugar onde se faz uma refeição adequada, é o meio de acesso à saúde, à proteção e à assistência social. É um espaço próprio, separado das outras instituições sociais, que assume também o papel do cuidado enquanto os familiares necessitam trabalhar. E é ela, sem dúvidas, o contexto ideal para que o processo de alfabetização aconteça, mesmo que, em realidades tão atípicas, isso precise ser conduzido por ela remotamente.

Mainardes (2021), nesse mesmo sentido, destaca a importância da escola como meio de acesso a todas as crianças, sem distinção, à educação e ao alcance do seu “pleno desenvolvimento”, especialmente em um país com contextos sociais tão desiguais como o Brasil. Portanto, a pandemia, e com ela a limitação de acesso à instituição escolar, sem dúvidas, dificultou a aprendizagem de muitos estudantes e intensificou as desigualdades educacionais já existentes.

Em uma tentativa de amenizar esses prejuízos causados pela pandemia nos processos de ensino e aprendizagem e orientar as redes de ensino, o Conselho Nacional de Educação aprovou, em 2020, diretrizes que trouxeram algumas recomendações sobre como as escolas deveriam agir a respeito da etapa da alfabetização no decorrer das atividades remotas. Sugeriu-se que as redes de ensino orientassem as famílias com roteiros práticos e estruturados para acompanharem a resolução das atividades e que não deveriam supor que os pais e responsáveis pudessem substituir a atividade do professor. Defendeu-se ainda a necessidade de um planejamento diversificado que propusesse tarefas que explorassem as diferentes linguagens e que respeitasse o ritmo e o desenvolvimento individual de cada criança no processo de alfabetização (BRASIL, 2020b).

Nota-se, desse modo, o quanto as reflexões e adaptações do currículo se fazem relevantes na atual realidade e na que ainda está por vir. De acordo com Morgado, Sousa e Pacheco (2020), o currículo, sendo uma construção social que deve envolver todos, deve transgredir o aspecto instrucional e focar o contexto educativo no processo de ensino-aprendizagem, fomentando práticas conectadas às experiências, favorecendo a interação com a realidade vivida e com as mudanças que estão acontecendo.

Em consonância com o que provisiona a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), ao componente da Língua Portuguesa, mais especificamente à alfabetização, cabe proporcionar aos alunos experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, possibilitando a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. As atividades remotas, se bem planejadas, poderiam ser uma boa oportunidade para que a alfabetização, na perspectiva do letramento, ocorresse de forma mais real e significativa para os alunos. Por exemplo, ao propor que o aluno escrevesse uma carta para os avós ou algum familiar com quem não está se relacionando devido à pandemia, ao propor a leitura e/ou elaboração de gráficos, reportagens, bulas de remédios e receitas médicas referentes à Covid-19, ou a elaboração de listas para auxiliar na organização da rotina familiar, a criança lidaria com o processo de alfabetização de forma prazerosa e perceberia a função da escrita na sociedade atual em experiências reais do dia a dia.

Essas são algumas das alternativas possíveis, dentre tantas outras, para explorar o ensino remoto ou até mesmo o híbrido ou presencial, adaptar o currículo e minimizar os efeitos negativos deste momento atípico no processo de alfabetização. Também é necessária, já neste momento, a adoção de políticas públicas que visem a estratégias para a recuperação das possíveis limitações nos níveis de aprendizagem (QUEIROZ; SOUSA; PAULA, 2021), consequências das dificuldades enfrentadas pelo fazer pedagógico durante a pandemia.

Com a retomada das aulas presenciais e até mesmo nos momentos pós-pandemia, faz-se necessário que a escola e seus profissionais adotem uma postura de escuta e diálogo, para a construção de caminhos de maneira participativa com todos os envolvidos, de modo a encontrar as alternativas mais adequadas diante dos novos cenários que estão por vir. Além disso, será preciso considerar as defasagens e as dificuldades dos estudantes no planejamento do “novo fazer pedagógico”, ou seja, realizar um diagnóstico das aprendizagens, planejar as adaptações

curriculares que se fizerem necessárias e as estratégias que possam contribuir para a superação das dificuldades dos estudantes que tiveram suas aprendizagens mais afetadas pela crise sanitária, entre outras propostas (MAINARDES, 2021).

Como afirma Kohan (2020), além de refletir sobre a grave situação política e sanitária em que o mundo se encontra, é preciso pensar as questões educacionais sem esquecer da dimensão infantil do tempo que se vive. A escola também é lugar de comunidade, de partilha, de brincar, se relacionar e fazer amigos. É um lugar onde os corpos se encontram para aprender juntos. Está aí a dimensão insubstituível da escola, a de questionar, compreender, problematizar, reinventar o mundo com os pares, em comunidade. Para isso é necessário estar atento para respeitar os tempos e modos de aprender da infância. Concorda-se com Reimers e Schleicher (2020, p. 6), quando afirmam que a pandemia trouxe “a necessidade de promover e ampliar a diversidade de competências cognitivas, sociais e emocionais, e de se concentrar no bem-estar dos alunos”.

São, portanto, muitas as possibilidades e maiores ainda os desafios do fazer pedagógico atual e futuro, inclusive e aqui especificamente do processo de alfabetização. Assim, à medida que ocorre o retorno às escolas, torna-se necessário repensar as condições escolares dessa retomada e do pós-pandemia. Nesse regresso às aulas presenciais, o mundo não é mais o mesmo, assim também como a escola não o é. É necessário repensar o calendário, os espaços escolares, a presença da tecnologia, a didática, as desigualdades que se exacerbaram, para que o ensino, a aprendizagem e o desenvolvimento do processo de alfabetização sejam garantidos a todos, respeitando cada uma das realidades e as novas condições de aprendizagem nas quais os estudantes se encontram, tendo em vista também os prováveis atrasos no que se refere ao domínio dos conhecimentos previstos para cada etapa da escolarização, inclusive (ou especialmente) no processo de alfabetização, como consequência de um fazer pedagógico aligeirado e em condições tão atípicas, difíceis e incertas, para as quais ninguém, nem mesmo a escola, estava preparado.

Pacheco (2020) considera que essa “adaptação” das escolas seja possível, pois elas “são surpreendentes no modo como lidam com realidades extraordinárias e [...] sua resiliência é um aspecto bastante positivo para este tempo difícil, que exige soluções urgentes e adequadas”. Contudo, não cabe apenas à escola, de forma individual, enfrentar e resolver esses desafios. São necessárias também políticas públicas que embasem, apoiem e subsidiem a solução desses prejuízos na educação.

Conclusão ou considerações finais

O momento atual, inserido no contexto da pandemia imposta pela COVID-19, caracteriza-se por grandes desafios enfrentados também no âmbito da educação. São muitas as mudanças no que se refere ao campo educacional, tais como as formas de trabalho dos professores, o papel das tecnologias na educação, a ausência física no decorrer do ensino remoto, as adaptações sanitárias no retorno às aulas presenciais, até o reflexo de tudo isso no currículo escolar. O “novo normal” tem imposto à educação transformações curriculares resultantes das necessidades de adaptação ao atual cenário. Aqui o meio digital acaba ganhando um novo sentido e o controle social, ainda mais força (MORGADO; SOUSA; PACHECO, 2020).

Referindo-se especificamente à etapa de alfabetização, o sistema de escrita alfabético, como um complexo artefato cultural construído pela humanidade, exige, para a sua apropriação, o desenvolvimento linguístico e cognitivo do alfabetizando. A natureza fundamental desse processo sustenta-se na compreensão da relação entre oralidade e escrita. É preciso que o alfabetizando compreenda que o sistema de escrita alfabético representa os sons da língua, que desenvolva a consciência fonológica a fim de identificar as menores unidades linguísticas das palavras, os fonemas, e compreender que estes são representados pelos grafemas. Diante disso, é fundamental, neste complexo processo, que a aprendizagem ocorra por meio de muita interação e diálogo constante. Desse modo, o contexto pandêmico acarretou enormes desafios para a alfabetização, ficando a qualidade da aprendizagem bastante comprometida no ensino não presencial.

Como consequência dessa realidade atípica, o sistema educativo brasileiro ainda não conseguiu obter respostas suficientemente eficientes a fim de atingir toda a população escolar de

maneira eficaz e com qualidade. Acredita-se que esse sistema precisa enfrentar e aprender com a atual situação que se está vivenciando e que, diante dela, toda a alternativa que possibilite acesso de qualidade à educação merece ser considerada. É claro que, por se tratar de algo desconhecido e inédito, muito tempo e empenho precisarão ser despendidos para que se possa desenvolver uma educação e, especificamente, um processo de alfabetização adequado e significativo para este novo contexto, assim como para a nova realidade que se apresentará nos momentos pós-pandemia.

Para além dessas questões, deve-se considerar que, principalmente nos países subdesenvolvidos, a função da escola vai muito além do ato de ensinar. Escola é lugar de alimentação, de proteção, de acolhimento, de saúde, e essas são variáveis sociais importantes que, sem dúvidas, também afetam a qualidade do processo de alfabetização. Assim, essas questões precisam ser pensadas no contexto da pandemia, ou seja, é necessário ter em mente que o problema atual está muito além da esfera educacional e pedagógica. A pandemia fez emergir o valor notável e insubstituível da escola como instituição histórica e social (KOHAN, 2020).

Diante da gravidade da situação instalada, dos retrocessos instituídos e das consequências que surgirão após a pandemia da Covid-19, torna-se imprescindível o comprometimento com a busca pela garantia da qualidade da educação e do fortalecimento coletivo, a fim de se opor a concessões pedagógicas e conseqüentemente ao sucateamento da educação (SAVIANI; GALVÃO, 2021).

Um dos principais e urgentes problemas a serem revertidos é também a evasão escolar. De acordo com dados apresentados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a evasão escolar no Brasil atinge 5 milhões de alunos, e durante a pandemia da Covid-19 esses números tiveram um aumento de 5% no Ensino Fundamental e 10% no Ensino Médio (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2021). Garantir o retorno desses estudantes à escola, criando estratégias que garantam a recuperação do que não foi possível aprender ou que minimizem o prejuízo causado por esse afastamento, deve ser prioridade de professores, gestores e governos.

Do mesmo modo, assegurar o direito de aprendizagem da leitura e da escrita às crianças, jovens, adultos e idosos e desenvolver práticas pedagógicas que promovam um processo de ensino e de aprendizagem baseado nos eixos propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) no atual momento e nos que estão por vir é também essencial. Para tal, é preciso, primeiramente, levar em consideração e respeitar as especificidades dos sujeitos envolvidos (professores, alunos, familiares, etc.) neste “novo normal”, com suas diferentes realidades e condições sociais, emocionais, familiares, econômicas e sanitárias. É essencial também compreender o papel e o lugar de cada um desses sujeitos no fazer pedagógico, entendendo especialmente a função do docente como responsável pelo ensino explícito e sistematizado envolvido no processo de alfabetização e da escola em sua dimensão social e educacional, além do papel primordial do poder público neste momento de crise, que não deve se isentar e delegar a outras instâncias sua responsabilidade de garantir e subsidiar recursos pedagógicos, financeiros e de formação, para a superação dos desafios impostos e de buscar meios para proporcionar os recursos, materiais, capacitações e acessos adequados a todos os docentes e discentes, sem distinções.

Para além disso, é também importante levar em consideração os atrasos possíveis em relação às aprendizagens previstas para cada etapa da escolarização, aqui especialmente destacando-se o período de alfabetização, tendo em vista o fazer pedagógico atípico ao qual os estudantes foram submetidos neste momento pandêmico, adotando, assim, as adaptações curriculares que se fizerem necessárias. Só assim, considerando cada uma dessas novas variáveis, poder-se-á possibilitar condições com equidade e justas de educação e, especificamente, de alfabetização nos sistemas educacionais brasileiros, agora inseridos em um contexto ainda mais desafiador e desigual.

Referências

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Educadores alertam para aumento de evasão escolar durante a pandemia.** 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/814382-educadores-alertam-para-aumento-de-evacao-escolar-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020. 63-A. ed. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 01 abr. 2020. Seção 1, p. 1. 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação. **CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia**. 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2017.

INAF BRASIL. **Indicador de Alfabetismo Funcional: resultados preliminares**. São Paulo, 2018.

KOHAN, Walter Omar. Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2016212, p. 1-9, jun. 2020.

MAINARDES, Jefferson. Alfabetização em tempos de pandemia. *In: Políticas e práticas de alfabetização* [livro eletrônico]: perspectivas autorais e contextuais. Rio de Janeiro: VW Editora, 2021. p. 57-65.

MORGADO, José Carlos; SOUSA, Joana; PACHECO, José Augusto. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, n. 2016197, p. 1-10, jun. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. Metade dos alunos fora da escola não tem computador em casa. **ONU News**, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/04/1711192>. Acesso em: 15 jan. 2022.

PACHECO, José Augusto. **Uma outra escola?** 2020. Disponível em <https://www.publico.pt/2020/04/07/impar/opiniao/escola-1911167>. Acesso em: 15 jan. 2022.

QUEIROZ, Michele Gomes de; SOUSA, Francisca Genifer Andrade de; PAULA, Genegleison Queiroz de. Educação e Pandemia: impactos na aprendizagem de alunos em alfabetização. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-9, 2021.

REIMERS, Fernando M.; SCHLEICHER, Andreas. **Schooling disrupted, schooling rethought: How the Covid-19 pandemic is changing education**. OECD Publishing, 2020.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. **Educação na Pandemia: a falácia do “ensino” remoto**. 2021. Disponível em: <https://www.sintese.org.br/2021/03/16/educacao-na-pandemia-a-falacia-do-ensino-remoto/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Situação da educação no Brasil (por região/estado - nov. 2021)**. 2021. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/covid-19-education-Brasil>. Acesso em: 15 jan. 2022.

Recebido em 28 de janeiro de 2022.
Aceito em 19 de dezembro de 2022.